

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

Rua Monsenhor Joaquim Marciano de Oliveira, 67. CEP: 37.468-000 – POUSO ALTO / MINAS GERAIS

Telefax: (35) 3364.1446 e-mail: camara@pousoalto.mg.leg.br - CNPJ: 03.615.459/0001-98



Projeto de Lei Ordinária nº 26 /2021

"Cria a Carteira de Identificação do Autista (CIA) para a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do município de Pouso Alto."

Faço saber que a Câmara Municipal de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, nos termos do artigo 185, VI, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no município de Pouso Alto, a Carteira de Identificação do Autista (CIA) para a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Parágrafo único. A carteira de identificação a que se refere o *caput* deste artigo deverá obedecer às regras instituídas pela Lei Federal n°12.764 de 27 de dezembro de 2012 e suas alterações posteriores, principalmente pela Lei Federal n° 13.977 de 8 de janeiro de 2020.

- **Art. 2º** A Carteira de Identificação do Autista será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, documentos pessoais, bem como dos seus pais ou responsáveis legais.
- **Art. 3º** Deverá ser devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem dos portadores do TEA, cabendo aos órgãos competentes expedir em um prazo máximo de 15 (quinze) dias e com validade mínima de 5 (cinco) anos.
- **Art. 4º** Constará no corpo da carteira o endereço, o nome do responsável e um número de telefone para facilitar a identificação e o contato com a família e/ou responsável.
- Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.
- **Art.** 6° As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, e pelas dotações a serem consignadas nos exercícios subsequentes.
- Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alto, 08 de novembro de 2021.





CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

Rua Monsenhor Joaquim Marciano de Oliveira, 67. CEP: 37.468-000 – POUSO ALTO / MINAS GERAIS Telefax: (35) 3364.1446

e-mail: camara@pousoalto.mg.leg.br - CNPJ: 03.615.459/0001-98



Justificativa

O presente projeto de lei dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação do Autista (CIA) para a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do município de Pouso Alto.

Este projeto se fundamenta no Estatuto da Pessoa com Deficiência – a Lei Federal nº 12.764/2012 que se inspira na Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo de Nova York.

O autismo se apresenta como uma doença psiquiátrica, geralmente identificada na primeira infância e, muitas vezes, os sinais iniciais já se manifestam nos primeiros meses de vida. Esta condição, que preserva o desenvolvimento físico da pessoa, afeta a comunicação e a capacidade de aprendizado e de adaptação, comprometendo as habilidades de comunicação e interação social.

Ainda, a Política Nacional de Proteção de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espetro Autista, em seu artigo 10, considera o autista como uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais

Em nosso Município, há pessoas com TEA e, pelas nuances desta condição, muitas vezes é difícil identificar um autista, o que pode atrapalhar sua inclusão social e o exercício de sua cidadania.

Instituir a carteira de identificação, além de manter a preservação dos direitos, da segurança, do acesso a ações e serviços sociais e de saúde dos autistas, favorece a localização da família em caso da pessoa se perder e também de acessar com maior facilidade seus direitos prioritários.

A matéria desse projeto não ousa criar estruturas na Administração Municipal, mas intenta implementar uma ação positiva que objetiva a efetivação de direitos fundamentais dos autistas e o fortalecimento de políticas públicas já existentes.

O Legislativo visa formular uma ação garantidora que consiste em estabelecer conexões entre atribuições de determinados órgãos públicos municipais e a efetivação de um direito social.

Neste sentido, Pouso Alto necessita instituir esse beneficio aos autistas e seus familiares e atribui ao Executivo, em sua função de órgão regulamentador, a responsabilidade de adequá-la, por decreto municipal, às estruturas organizacionais atuais.

Com estes esclarecimentos, como vereador, conto com a aprovação desta proposição das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores.

Pouso Alto, 08 de novembro de 2021.

Érik Bruno Ribeiro Vereador

PROTOCOLO GERAL 453/2021
Data: 08/11/2021 - Hoffario 13-59
Administrativo

2